



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO
[Nº 6, DO ART.º 70.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS
PÚBLICOS (CCP)]

N.º AD 02/2025

**FORNECIMENTO DE GÉNEROS
ALIMENTARES**

CONVITE

FUNDAÇÃO JOAQUIM DOS SANTOS
Rua Morgado da Torre, 29 | 3511-903 Torredeita

NIPC: 501 215 689
Tel. 232 990 200
Endereço Eletrónico: eptorredeita@fjs.pt
Portal oficial:
www.fundacaojoaquimdossantos.pt

Janeiro de 2025

Nos termos do nº 1 do artigo 112º conjugado com o disposto no artigo 115º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, convida-se V. EXª a apresentar proposta para o fornecimento de géneros alimentares – mercearia.

1. Entidade Adjudicante:

A **Entidade Adjudicante** é a Fundação Joaquim dos Santos, pessoa coletiva registada com o número de identificação fiscal 501 215 689, com sede em Rua Morgado da Torre, 29 – 3511-903 Torredeita, com o telefone 232 992 200, endereço eletrónico eptorredeita@fjs.pt e URL www.fundacaojoaquimdossantos.pt.

Órgão que tomou a decisão de contratar:

A decisão de contratar foi tomada pela Conselho de Administração nos termos previstos nos Estatutos.

2. Identificação e fundamentação do procedimento:

O procedimento pré-contratual adotado é o Ajuste Direto, **previsto no n.º 6 do artigo 70º do CCP**, na sua versão atual, para a celebração de um contrato cujo objeto é o fornecimento de géneros alimentares – mercearia, de acordo com o especificado no Caderno de Encargos.

3. Preço Base:

O preço base para efeitos do presente procedimento pré-contratual é de € **67 362,00**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, para 36 meses de prazo de contrato.

4. Prazo de Execução:

O prazo de execução do contrato é o estabelecido na Cláusula 4ª do caderno de encargos do presente procedimento.

5. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento:

5.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devem ser solicitados pelos interessados, através da Plataforma ACINGOV, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, e, no mesmo prazo, devem os interessados apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, a saber:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

5.2. Os esclarecimentos solicitados nos termos do ponto anterior serão prestados, através do e-mail mencionado, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.3. A retificação de erros ou omissões das peças do procedimento será efetuada até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

6. Proposta:

6.1. A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados até às 14h00m do dia 28 de janeiro de 2025, através da Plataforma ACINGOV.

6.2. O prazo para a apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados, conforme disposto no artigo 470º, nº 3 do CCP.

6.3. A proposta a apresentar tem de ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO I do CCP, na sua redação atual, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (devendo juntar o respetivo comprovativo);
- b) Modelo proposta conforme Anexo II
- c) Documentos que contenham os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- d) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando este preço resulte, directa ou indirectamente, das peças do procedimento;
- e) Documentos que permitam avaliar o fator Qualidade e Segurança das Matérias-Primas Alimentares, se aplicável:
 - Comprovativo da certificação da norma ISO 22000:2018 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar) ou equivalente;
 - Comprovativo da certificação da norma IFS Logistics – Armazenagem e Transporte dos Produtos Alimentares (segurança dos alimentos) ou equivalente.
- f) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para a compreensão dos atributos da proposta.

6.4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no ponto anterior, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

6.5. A proposta e os documentos que a constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos previstos no artigo 58º, nº 1 do CCP.

6.6. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, nos termos do artigo 115º, nº 2, alínea a) do CCP.

6.7. No presente procedimento pré-contratual não serão admitidas propostas variantes.

6.8. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7. Critério de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade **Monofator**, em que o fator preço será o único aspeto a ponderar no contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP.

8. Documentos de habilitação

8.1. O Adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, através da Plataforma ACINGOV, os documentos previstos no artigo 81º do CCP, a saber:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do ANEXO II do CCP, a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP (anexo II ao presente convite);
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 artigo 55º do CCP, nomeadamente:
 - Certidão comprovativa de se encontrar regularizada a sua situação relativamente às contribuições para a Segurança Social;
 - Certidão comprovativa da situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;
 - Certificado de registo criminal do Adjudicatário;
 - Certificado de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- d) Indicação do código de acesso para consulta da Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo.

8.2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

8.3. Quando as situações previstas no nº 1 do artigo 86º se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concede ao adjudicatário, um prazo de 2 (dois) dias úteis, para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

9. Caução

Não será exigida caução.

10. Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Convite, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

ANEXOS:

I- Minuta Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos

II- Modelo de Proposta

Anexo I
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS
(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP)

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data), _____ (assinatura) (4)

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57º.

Anexo 2 – Modelo de Proposta

(Nome do concorrente), com sede na **(morada do concorrente)**, pessoa coletiva nº _____, obriga-se a fornecer os bens objeto do presente Concurso Público “Fornecimento de géneros alimentares – carne fresca”, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo valor global de _____ € (extenso) e pelo prazo máximo de execução de _____, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

O valor global anual da proposta é de _____ €.

O valor global resulta do mapa de preços unitários, conforme cálculo presente no mapa de quantidades, que se junta em anexo à presente proposta. Os preços unitários são apresentados com um número máximo de duas casas decimais.